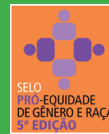




ECONOMIA EM DIA

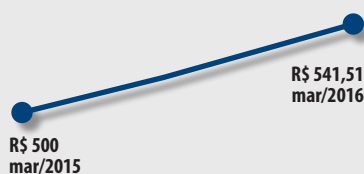


INFORMATIVO DE MACROECONOMIA E FINANÇAS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

INDICADORES

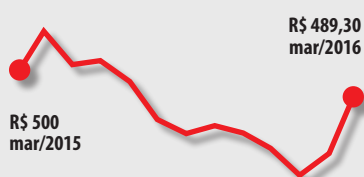
Poupança

(Rentabilidade de 8,30%)



Bolsa de Valores

(Rentabilidade de -2,14%)



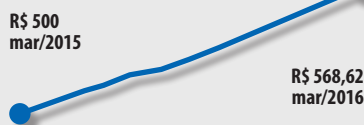
Fundos de Investimento

Multimercado (Rentabilidade de 16,90%)



Renda Fixa

(Rentabilidade de 13,72%)



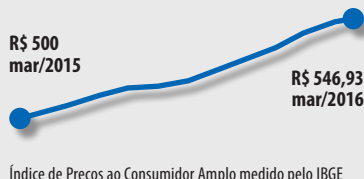
Varição IGP-DI

(Acumulado em 12 meses = 11,06%)



Varição IPCA

(Acumulado em 12 meses = 9,39%)



POR QUE MINHA RENDA FIXA NÃO É FIXA?



Essa é uma das principais perguntas que as pessoas se fazem ao decidir investir seu dinheiro em títulos do governo federal. No Brasil e no mundo, o critério mais utilizado para determinar o valor de um produto financeiro é conhecido como “marcação a mercado”. Conforme as variáveis econômicas influenciam a perspectiva dos investidores, os preços dos ativos podem variar tanto positivamente quanto negativamente ao longo do tempo. Esse movimento chama-se volatilidade. Justamente essa percepção do conjunto dos investidores é que define o preço a ser pago por um determinado investimento.

Isto significa que eu não sei o quanto vou receber quando vender meu investimento em renda fixa? Não. Independentemente das mudanças no valor do título no tempo, na data estipulada, conhecida como “vencimento”, seu investimento tem que refletir a rentabilidade acordada no momento da aplicação, recebida por meio de juros e seu capital principal de volta. Se isso não ocorrer, estamos diante de um evento de “default” ou calote.

Mas existe uma forma para que o meu investimento em títulos do governo federal não varie tanto? Existe e é conhecida como “marcação na curva”. No Brasil, existem poucas instituições que podem adotar tal critério, entre elas os Fundos de Pensão. Esta classificação faz com que um ativo varie de acordo com a rentabilidade acordada inicialmente na aplicação, de forma constante ao longo de sua duração, independentemente das mudanças dos eventos econômicos e das projeções dos investidores no mercado financeiro. Uma vez que estes títulos foram classificados na modalidade “marcação na curva” não poderão mais ser vendidos no mercado, tendo que esperar até o vencimento para receber o principal investido, exceto na ocorrência de um motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação na curva e referendado pelo órgão regulador.

Ora, se existe a “marcação na curva”, não seria melhor as fundações utilizarem sempre esta metodologia, diminuindo as oscilações no investimento e dando uma percepção de mais “tranquilidade” aos seus participantes? Não necessariamente, já que é preciso avaliar pontos como, a portabilidade dos recursos, a menor flexibilidade da carteira de investimentos e a capacidade financeira do plano de previdência, entre outros.

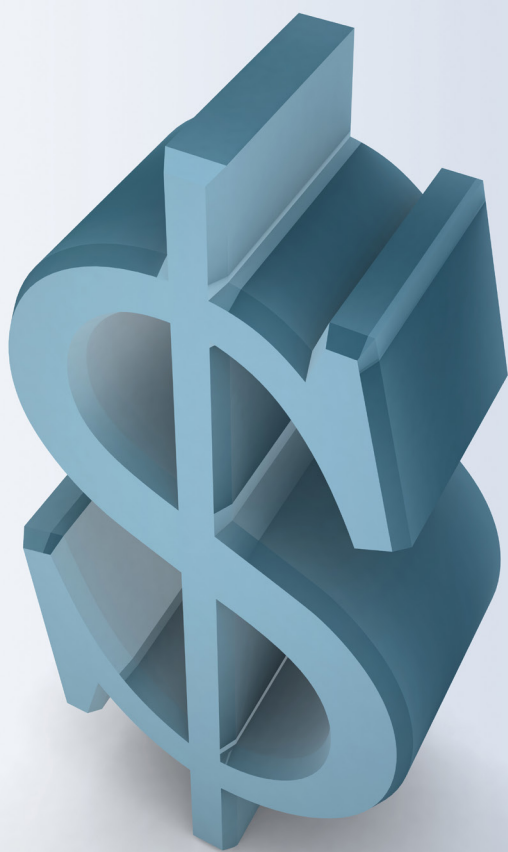
Diante do contexto aqui apresentado, é de fundamental importância que o participante de um plano de previdência assimile o conceito de que um ativo de renda fixa pode ter um desempenho que varie ao longo do tempo, mas que isso não significa, uma perda ou um risco em sua carteira de aplicações financeiras.

FIQUE DE OLHO



Independentemente das mudanças no valor do título no tempo, na data estipulada, conhecida como “vencimento”, seu investimento tem que refletir a rentabilidade acordada no momento da aplicação, recebida por meio de juros e seu capital principal de volta. Se isso não ocorrer, estamos diante de um evento de “default” ou calote.

DECIFRANDO O ECONOMÊS



Volatilidade – é uma variável que indica a intensidade e a movimentação do preço de um ativo em um determinado período. Através desta variável é possível ter uma estimativa da faixa de preços em que um ativo poderá oscilar no futuro.

Portabilidade – permite ao participante de um fundo de pensão transferir os recursos acumulados neste fundo quando ele muda para outra instituição. Portanto, é o direito que o participante tem de transferir seus recursos.

Default – é o descumprimento de qualquer cláusula importante de um contrato que vincula devedor e credor. Na prática é o que chamamos de calote. Por exemplo: todos os países tem dívidas com outras nações. Cada operação é baseada em um contrato pré-definido e quando uma dessas condições é alterada, de forma unilateral, a situação é considerada default. Isso significa que o calote não ocorre somente pela falta do pagamento, pode ser por uma mudança significativa nas condições do contrato de dívida.



TIRA TEIMA

Imóveis continuam sendo um bom investimento em tempos de crise?

Nos últimos 12 meses, encerrados em março, as notícias não foram nada positivas para os investidores de imóveis nas principais cidades brasileiras. Segundo o índice FipeZap, elaborado pela Fundação de Pesquisas Econômicas em parceria com o site de classificados Zap Imóveis, o preço dos imóveis subiu apenas 0,53% nas 20 cidades brasileiras acompanhadas pelo índice. Com a inflação batendo próxima dos dois dígitos nesse período (9,50% segundo o Boletim Focus do Banco Central), temos uma nítida queda real no preço médio dos imóveis. Na cidade do Rio de Janeiro essa queda foi ainda mais relevante com o preço médio dos imóveis caindo 2,54%. Apesar de sempre ter sido considerado um investimento seguro, vale repensá-lo nesse momento de crise, não só pela rentabilidade, como também pela sua reduzida liquidez.

SEU DINHEIRO

Investimento ou bicho de sete cabeças?

Em tempos de crise econômica e política é cada vez mais importante a tomada de decisões corretas na hora de investir. Para quem não sabe muito bem por onde começar, um bom primeiro passo é reduzir ou eliminar as dívidas, incluindo o cheque especial e o parcelamento contínuo do cartão de crédito. Em seguida cabe um esforço para criar uma reserva de emergência para despesas emergenciais e aquelas inesperadas. Outra característica importante do bom investidor é definir desde o início um objetivo. No caso de metas a longo prazo, como a compra de um imóvel ou mesmo a constituição de reservas em planos para a aposentadoria, um fundo de previdência privada e a compra de títulos do Tesouro

Direto são boas opções para iniciantes.

Já para investimentos de curto prazo, a caderneta de poupança é sempre a velha conhecida, mas tem rendido abaixo da inflação nos últimos tempos. Outra opção é o CDB (Certificado de Depósito Bancário), em que o risco de aplicação em certificados de bancos de primeira linha e solidez financeira é também reduzido, oferecendo mais rentabilidade que a poupança. Um fator importante é sempre acompanhar a rentabilidade dos investimentos escolhidos e não se aventurar em ativos desconhecidos e de alto risco. Investir está longe de ser um bicho de sete cabeças e com cautela e sabedoria é possível atingir rentabilidades mais altas com risco reduzido.